



ATA N.º 264/2020

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2020

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, reuniu no cineteatro Dr. Morgado, em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, sob a Presidência de Luís Manuel Martins Vasconcelos, tendo como primeira Secretária, Sónia Filipa de Araújo Nogueira, e como segunda Secretária, Teresa Margarida de Sousa Fernandes, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----
 - A. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25.09.2020.** -----
 - B. **APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13.10.2020.** -----
 - C. **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.** -----
 - D. **PERÍODO DE INTERVENÇÕES.** -----
2. **APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.**-----
3. **PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO CARTÃO "OLIVEIRA COM(N)VIDA".** -----
4. **PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, NOS TERMOS PROPOSTOS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.** -----
5. **DESAFETAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA PERMUTA.** -----
6. **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.** -----
7. **TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.** -----
8. **IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.**-----
9. **DERRAMA.** -----
10. **MAPA DE PESSOAL.** -----
11. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2021.** -----
12. **APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2024.**-----
13. **PROJETO DE REGULAMENTO PARA LIMPEZA DE TERRENOS EM SOLO URBANO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE FRADES.** -----
14. **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista "Nós Cidadãos": Mário do Carmo Pereira, Germano Jorge Martins Rodrigues, Ana Sofia Tavares Rodrigues Ramos, Ivo Alves Farreca, Carla Sofia Duarte Viegas e Carlos Manuel Moitas Azevedo Maia.-----

Pela Lista "Por Oliveira de Frades – Coligação PPD-PSD/CDS-PP": Serafim de Oliveira Soares, Arménio Silva Florindo e António Bernardino Tavares Lopes Nunes;---

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – António Manuel Lopes Tavares; Pinheiro – Carlos Manuel da Silva Rosa; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Arca e



Varzelas – Jorge Marques da Silva Bandeira; União de Freguesias de Destriz e Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira.-----

Tendo-se registado a ausência, a toda a sessão, do seguinte Membro da Assembleia: João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages que apresentou justificação escrita à falta, tendo a mesma sido aceite. -----

Nos termos do n.º 1, do art.º 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro conjugado com o n.º 4, do art.º 47.º, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Membro da Assembleia, Flávio dos Santos Costa, foi substituído, pelo Membro Hugo Miguel Veríssimo Lopes e o Membro da Assembleia, Jorge Manuel Mamede Soares, foi substituído, pelo Membro António Amaral Machado.-----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara, Paulo Ferreira, e dos Vereadores Carlos Pereira, Clara Vieira, Abel Dias e José Pedro Almeida.-----

Havendo quórum, com a presença de 21 (vinte e um) Membros, o Presidente da Mesa deu início à sessão, eram nove horas e quinze minutos. -----

De registar que, o Membro da Assembleia Serafim Soares entrou na sessão, eram nove horas e trinta e cinco minutos, após a votação do ponto 1, alínea b), ficando a sessão, posteriormente, com 22 (vinte e duas) presenças.-----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

Foi apresentada uma proposta de **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação dos seguintes assuntos, a acrescentar à Ordem do Dia:-----

- Aprovação de acordo de financiamento entre a CIM Viseu Dão Lafões e os Municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros; -----
- Adenda ao contrato interadministrativo de delegação das atribuições e competências dos Municípios de Viseu, São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no âmbito da transformação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga; -----
- Desafetação de terreno do domínio público para permuta (Souto de Lafões). -----

Reconhecida a urgência de deliberação imediata, foi a proposta, aprovada, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor.-----

A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 25.09.2020.-----

O **Presidente da Mesa** colocou à discussão e votação a **Ata n.º 262/2020 de 25.09.2020**, a qual foi aprovada, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor.-----

B. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 13.10.2020.-----

O **Presidente da Mesa** colocou à discussão e votação a **Ata n.º 263/2020 de 13.10.2020**, a qual foi aprovada, por maioria com 20 (vinte) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Membro da Assembleia Sónia Nogueira. -----

C. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.-----

O **Presidente da Mesa** informou de toda a correspondência recebida entre **25.09.2020 e 26.11.2020**, designadamente:-----



AM 27-11-2020

Remetente	Assunto
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Síntese Jurídica e Clipping de Notícias entre 07 a 18 de setembro
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Prémios ANAM 2020
Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Pergunta ao Governo, sobre as condições de abertura dos estabelecimentos de ensino no início do ano letivo 2020_2021
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Relatório de Clipping Congresso da ANAM 2020
DGAL	Eleições CCDR – composição da mesa eleitoral
CIMVDL	Eleições para Presidente da CCDRC – n.º 4 do art.º 22.º do Regulamento Eleitoral
Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Pergunta ao Governo – Aceleração da implementação da estratégia nacional para a mobilidade ativa ciclável 2020-2030, em contexto de descarbonização do país
Candidatura Isabel Damasceno	Eleições para a Presidência da CCDRC no próximo dia 13 de outubro
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Newsletter 35
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Publicações ANAM
DGAL	Eleições CCDR – Envio de documentação necessária ao ato eleitoral de 13 de outubro
Flávio dos Santos Costa	Justificação à falta na sessão de 13.10.2020
Grupo Parlamentar “Os Verdes”	Agendada para discussão iniciativa do PEV sobre a reversão da privatização dos CTT, SA
AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local	Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais n.º 15 – em distribuição
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Eleições CCDR’s – 13.10.2020
Sónia Filipa de Araújo Nogueira	Justificação à falta na sessão de 13.10.2020
João Carlos Lages	Justificação à falta na sessão de 13.10.2020
VotedHR – eleições, democracia e direitos humanos	Eleições presidenciais
AEDREL – Associação de Estudos de Direito Regional e Local	Revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais
CIMVDL	Newsletter Marca Viseu Dão Lafões
Voz das Misericórdias	Edição de setembro de 2020
Faça Chuva Faça Sol – RTP2	Programa - Produção do frango do campo em Oliveira de Frades
CIMVDL	Reunião da Assembleia Intermunicipal da CIMVDL
CIMVDL	Newsletter Marca Viseu Dão Lafões
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Newsletter 36



Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 23 de setembro de 2020
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 14 de outubro de 2020
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Orçamento para 2021 e Grandes Opções do Plano 2021-2024
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Newsletter 37
Dic. Aveiro – Departamento de Investigação Criminal de Aveiro	Solicitação de informação e documentação
Voz das Misericórdias	Edição de outubro de 2020
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Atas das reuniões de Câmara de 28 e 30 de outubro de 2020
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Newsletter 38
Gabinete da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública	Regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos /monitorização
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Regime transitório de simplificação de procedimentos administrativos /monitorização
Grupo Parlamentar do PCP	Autarquias: Propostas de alteração ao OE 2021
Balbina Maria Rodrigues da Silva	Requerimento/Denúncia – Irregularidades levadas a efeito pelo senhor Baltazar Nunes Farreca
João Carlos Tavares Ferreira de Carreto Lages	Justificação de falta à próxima sessão ordinária da AM a realizar a 27.11.2020
Grupo Parlamentar do PCP	Apreciação Parlamentar n.º 34 XIV DL 92-2020 – Altera o regime geral da gestão de resíduos
Flávio dos Santos Costa	Justificação de falta à próxima sessão ordinária de 27.11.2020 e pedido de substituição
Jorge Manuel Mamede Soares	Justificação de falta à próxima sessão ordinária de 27.11.2020 e pedido de substituição
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Conferência JN “Que regionalização queremos? – 25.11.2020 – em direto.
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião de Câmara de 11 de novembro de 2020
Consulmark	Inquérito: Ética e integridade na política - 2020

Informou que a pasta onde a mesma se encontra arquivada está à disposição dos Membros que a quisessem consultar.-----

D. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado as seguintes inscrições: -----

O **Membro da Assembleia Hugo Lopes** referiu que as redes das telecomunicações no nosso Concelho são muito precárias, em comparação com outros Concelhos do país e mesmo com Concelhos vizinhos; *“a rede de fibra ótica, não falando das telecomunicações de banda larga móvel, é precária, tardia e não abrange 100% do território, como deveria ser num acesso igual à rede de internet de alta velocidade”*.-----



Mais referiu que apenas em 2017, após os incêndios, foi possível, à maioria da população de Oliveira de Frades, ter acesso a uma rede de alta velocidade de ligação à internet, que se reflete agora nesta época de pandemia, permitindo, condignamente, o teletrabalho e assistir a aulas. Informou que a fibra começou a ser instalada no país em 2009 e que no final de 2020 ainda há Freguesias do Concelho, tais como, Ribeiradio, Arcozelo das Maias, Arca e Varzielas e São João da Serra que têm tecnologia referente a 2004 (à exceção de situações pontuais). Realçou a importância desta rede para a fixação de jovens, na prestação de uma educação equitativa e para o lazer, sobretudo nesta altura que se pede confinamento.-----

Justificando a decisão de abordar este assunto nesta sessão, com o facto de ainda haver muitos munícipes sem acesso a esta rede, apelou aos Presidentes de Junta para que continuassem a criar pressão sobre as operadoras e questionou o Executivo se há algum plano para criar esta igualdade no acesso à rede, bem como, se tem conhecimento de algum concurso por parte das operadoras. -----

○ **Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima**, mencionou que o ano em curso foi marcado por graves problemas de saúde pública e profundos problemas económicos para as empresas, as famílias e a comunidade em geral. Assim, em nome do PSD manifestou a sua discordância com a decisão do Executivo em reforçar, em mais do dobro, o investimento na iluminação de Natal, devendo este custo ser ponderado e razoável porque se trata de um investimento sem retorno para a comunidade, tem um tempo limitado e, normalmente, são contratadas empresas de fora do Concelho para prestar o serviço. Acrescentou que a Autarquia no ano passado despendeu oito mil euros em iluminação de Natal e este ano investiu cerca de vinte mil euros, colocando na proposta de Orçamento apresentado para o ano de 2021, pouco mais de cinquenta mil euros para ação social. Assim, não concordando com estas prioridades, apelou ao bom senso do Executivo para que reveja este investimento porque não se avizinham tempos fáceis, exigindo-se rigor, ponderação e controle nas despesas.-----

Por último, disse que se deve ter iluminação de Natal, mas que não se deve pagar para além do razoável e aceitável.-----

A **Secretária Teresa Fernandes** questionou para quando se previa a abertura do parque da Zona de Fruição de Sejães, uma vez que o mesmo se mantinha encerrado.-----

○ **Presidente da Câmara** respondeu às questões colocadas, tendo começado por informar da recente intervenção efetuada no Dólmen de Antelas, com vista à sua preservação, bem como, da publicação de um artigo sobre este monumento na prestigiada revista *National Geographic*, Edição Especial Viagens "Joias do Passado em Portugal".-----

Referiu que os investimentos são sempre questionáveis ou não e que o retorno nem sempre é visível.-----

Salientou a preocupação em respeitar as antigas gerações que escolheram o nosso território para viver, daí as diligências havidas com vista à intervenção no Dólmen de Antelas.-----



Referindo-se à presente época de pandemia e às suas consequências sociais e económicas, disse que o Executivo está atento às necessidades. -----

Relativamente à iluminação de Natal, informou da boa aceitação que a mesma tem tido, da reação positiva da comunidade, bem como, do retorno dos comerciantes que, também, tem sido positivo, sentindo que eles entendem “que nós estamos preocupados com eles”. No entanto, disse compreender que a mesma possa não ser vista como um investimento, se assim, o entenderem, podendo ser tomada uma posição similar em relação a muitos outros investimentos, não querendo questionar qual a sua utilidade, pois quem estava a gerir entendeu por bem executá-los, apesar dos Presidentes de Junta e dos municípios não sentirem uma rentabilidade sobre eles. Referiu que não iria quantificar os benefícios que esta irá trazer ao comércio local, registando que o PSD não concorda com este investimento.-----

Congratulou-se com o facto de o Membro da Assembleia Hugo Lopes ter abordado a necessidade de fibra ótica em todo o Concelho. Informou que mesmo na Vila há locais onde ainda não se encontra este serviço disponível. Mais informou das diligências havidas, das abordagens efetuadas junto das operadoras e do agendamento deste assunto em reunião de Câmara para elaboração de moções conjuntas. Disse que o Executivo queria mais igualdade, fazendo o melhor que pode, dentro das suas possibilidades. Disse, ainda, haver um compromisso que em final de 2021 haja cobertura total.-----

Referiu a preocupação do Executivo e o salto qualitativo que o Município deu com o investimento efetuado ao nível da informática; o processo interno em que se estava; a redução de impressões e o investimento em servidores para colocar tecnologia de ponta no Município, não sendo este um investimento visível. -----

No que concerne à Zona de Fruição de Sejães, informou que se estava a terminar a vedação das piscinas com tela. -----

2 - APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente, pelo que foi dispensada a sua leitura.-----

3 - PROJETO DE REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DO CARTÃO "OLIVEIRA COM(N)VIDA".-----

O Projeto de Regulamento de Utilização do Cartão "Oliveira Com(n)Vida" foi aprovado na reunião ordinária de 08.07.2020. Após a sua publicação no Diário da República esteve em consulta pública tendo sido afixado no átrio dos Paços do Município e publicado no sítio da internet do Município. Da referida consulta não resultou qualquer proposta ou reclamação. -----

Inscreveram-se para o debate deste ponto: -----

○ **Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima,** mencionou que o PSD iria votar favoravelmente.-----

Referiu as dificuldades sentidas pelo setor do comércio e pela restauração no nosso Concelho e no país e o facto de não se avizinharem tempos melhores e mais favoráveis. Considerou que este Executivo tinha o dever de fazer mais e melhor



AM 27-11-2020

pelos comerciantes do Concelho. Considerou que este projeto tinha uma eficácia bastante condicionada e surge como uma medida isolada e descontextualizada. -

Disse que se esperava uma política e um conjunto de medidas devidamente ponderadas e estruturadas para apoiar os comerciantes. Assim, deveria ter sido criado um gabinete de crise dirigido ao setor de restauração e comércio, preferencialmente, em articulação com AEL, para prestar apoio e esclarecimento especializado aos comerciantes locais. Também, deveria ter sido criado um *portalmarket place multi vendedor* com vista a dinamizar e promover o comércio local e as vendas online dos comerciantes do Concelho. -----

No que concerne à fatura de consumo de água, de serviço de saneamento e de recolha de resíduos sólidos, considerou que o Executivo deveria aplicar a tarifa de 0% aos estabelecimentos que estiveram encerrados e aplicar uma redução substancial quanto aos demais estabelecimentos, reduzindo, assim, estes encargos fixos para os comerciantes. -----

Disse que o PSD defende a criação de uma linha de apoio de emergência para o comércio local, no valor de, pelo menos, setenta e cinco mil euros, julgando que não seria despesista ou inexequível, podendo parte deste valor ser proveniente de uma redução do custo com a iluminação de Natal. -----

Considerou que seria mais assertivo o Município ter promovido a criação de *vouchers* de desconto (por cada vinte euros de compras no comércio local no nosso Concelho o cidadão receberia um desconto de dois euros que apenas poderia utilizar em novas compras no comércio local). -----

Por último, fundamentou que este projeto para ter sucesso deveria ter sido promovido mais cedo. -----

A pedido do Presidente da Câmara, a **Vereadora Clara Vieira** respondeu às questões apresentadas, tendo esclarecido que existia, desde maio, o gabinete de apoio às empresas, sendo o Dr. João Figueiredo, adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, um dos responsáveis juntamente consigo própria, vereadora do pelouro do comércio e turismo. -----

Referiu que nos últimos anos, os colaboradores do Município recebem um *voucher* de oferta de Natal para descontar no comércio local. -----

Mais referiu a iniciativa da União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães, "*Ofereça Oliveira de Frades*", tendo esta a parceria do Município.-

Informou que o Regulamento apresentado para aprovação começou a ser elaborado em junho, sendo que o Cartão "*Oliveira Com(n)Vida*" não se esgota, podendo ser neste momento utilizado para esta situação e ser retomado se for necessário. -----

Relativamente à linha de apoio de emergência, referiu o trabalho efetuado no âmbito do apoio às famílias, comércio e instituições e informou que, no âmbito de uma candidatura, iria iniciar em dezembro um programa de apoio constituído por uma bolsa de voluntários que estão ao serviço das instituições, nomeadamente, Misericórdia, Centro Social de São João da Serra e Centro de Saúde. Referiu que ajudando as famílias está-se a ajudar o nosso comércio local. -----

○ **Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima**, congratulou-se com a iniciativa do Executivo da União das Freguesias de Oliveira



de Frades, Souto de Lafões e Sejães, referindo que se trata de um sorteio e não de um desconto imediato. -----

Referiu que tinha ficado por esclarecer se iria avançar a proposta apresentada para apoiar o comércio local, nomeadamente, através de desconto nas tarifas de água e nas despesas fixas.-----

O **Presidente da Câmara** respondeu que este tipo de medidas, importantes para o comércio faz parte do decorrente exequível. -----

Disse que se estava a falar de uma crise, ainda sem um rosto visível, pelo que “*não se deve fazer medidas extemporâneas. Estamos atentos ao nosso Concelho*”; desejando estar enganado, disse acreditar que a crise irá agravar-se.-----

Mencionou que quando os Presidentes de Junta sentirem que existem pessoas com necessidades, a Autarquia está sempre de portas abertas para apoiar. Referiu os apoios prestados e o facto de se estar atento para resolver as situações que possam surgir.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, aprovar o Regulamento de Utilização do Cartão "Oliveira Com(n)Vida". -----

4 - PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS, NO DOMÍNIO DA AÇÃO SOCIAL, NOS TERMOS PROPOSTOS NO DECRETO-LEI N.º 55/2020, DE 12 DE AGOSTO, NOS TERMOS DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 14.10.2020, a Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a proposta de concretização de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, no domínio da ação social, nos termos propostos no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto. Mais deliberou submeter este assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

Não havendo inscrições para o debate deste assunto, o **Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, aprovar a proposta de concretização de transferência de competências para os Órgãos das Entidades Intermunicipais, no domínio da ação social, nos termos propostos no Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com 22 (vinte dois) votos a favor.-----

5 - DESAFETAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA PERMUTA. -----

Presente a documentação relativa ao ponto 7 (José Jorge Sereno da Silva: Permuta de terreno) da reunião ordinária, realizada no dia 28.10.2020 e a respetiva deliberação do Órgão Executivo, aprovada por unanimidade.-----

De referir que com base nas informações técnicas e nos fundamentos que sustentam a desafetação do domínio público da parcela com 54.00m², em Nogueiras – Ribeiradio, para posterior permuta, conforme requerido pelo particular, Senhor José Jorge Sereno da Silva, foi deliberado dar parecer favorável à referida desafetação e enviar à Assembleia Municipal esta proposta.-----

Não havendo inscrições para o debate deste assunto, o **Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 22 (vinte dois) votos a favor, aprovar a proposta da Câmara,



desafetando do domínio público a parcela em causa, com 54.00m², para posterior permuta.-----

6 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária realizada no dia 28.10.2020, deliberou, por unanimidade, participar em 5% no IRS dos sujeitos passivos, nos termos definidos na Lei.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) a favor, participar em 5% no IRS dos sujeitos passivos, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

7 - TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária realizada no dia 28.10.2020, deliberou não fixar a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2021, à semelhança dos anos anteriores.-----

Não se verificando inscrições para o debate deste ponto, foi o mesmo colocado a votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, não fixar a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2021.-----

8 - IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária realizada a 28.10.2020, deliberou, por unanimidade, fixar a taxa de 0,3% do imposto municipal para prédios urbanos, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, e posteriores alterações. Deliberou, ainda, nos termos do art.º 112.º A do Código do IML, uma redução da taxa que vigora no ano a que respeita o imposto, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos casos dos prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente.-----

Não havendo inscrições para debate deste ponto, foi o mesmo posto a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor, fixar a taxa de 0,3% do imposto municipal para prédios urbanos, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, e posteriores alterações.-----

Deliberou, ainda, nos termos do art.º 112.º A do Código do IML, uma redução da taxa que vigora no ano a que respeita o imposto, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos casos dos prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente, de acordo com a seguinte a tabela:-----

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa (€)
1	20€
2	40€
3 ou mais	70€

9 - DERRAMA. -----

A Câmara Municipal na sua reunião ordinária realizada a 28.10.2020 deliberou, por unanimidade, aplicar o lançamento da derrama à taxa de 1,5% para empresas com volume de negócios acima dos 150.000,00€ e de uma



AM 27-11-2020

derrama reduzida de 0% para empresas com volume de negócios abaixo de 150.000,00€.-----

Não se verificando inscrições para o debate deste ponto, o **Presidente da Mesa**, colocou o ponto a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade com 22 (vinte e dois) votos a favor, aplicar o lançamento da derrama à taxa de 1,5% para empresas com volume de negócios acima dos 150.000,00€ e de uma derrama reduzida de 0% para empresas com volume de negócios abaixo de 150.000,00€.-----

10 - MAPA DE PESSOAL. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária realizada no dia 30.10.2020, deliberou, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal ao abrigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.-----

Inscreeveu-se para o debate deste ponto:-----

O **Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima**, fez referência ao facto de no Mapa de Pessoal apresentado estar especificada na carreira/categoria de Técnico Superior a área de formação/função em apenas sete postos, sucedendo o mesmo em relação aos Assistentes Técnicos em que estão referidos sete postos e treze não estão especificados.-----

Constatou que, com o atual Executivo, os encargos com pessoal aumentaram em cerca de seiscentos mil euros, ou seja, mais de 20% em relação a 2017; parte desta evolução deve-se à atualização do salário mínimo nacional e à integração do pessoal em situações de precariedade, ainda assim, como se verifica, em simultâneo, o aumento das despesas com os serviços externos, deixou um alerta para este aumento.-----

A pedido do Presidente da Câmara, o **Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Ismail Carvalho**, prestou esclarecimentos sobre o Mapa de Pessoal. Assim, informou da razão das especificações mencionadas, bem como, das áreas dos restantes Técnicos Superiores. Mais informou sobre a criação de lugares no Mapa em causa, designadamente, Assistentes Técnicos que se trata de colaboradores que estão a desempenhar funções desadequadas em termos de carreira. Referiu a criação de um lugar de Auxiliar de Serviços Gerais e de outro de Cantoneiro de Limpeza. O impacto total no Orçamento é de trinta e quatro mil e quinhentos euros.-----

De notar que as despesas com pessoal têm vindo a aumentar, ao longo dos anos, devido ao aumento do salário mínimo e ao descongelamento das carreiras. Em sua opinião, a estratégia que o Executivo terá que seguir é a de cortar nos consumos intermédios para compensar este incremento.-----

A Assembleia Municipal deliberou aprovar o Mapa de Pessoal, ao abrigo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria com 12 (doze) votos a favor e 10 (dez) abstenções dos Membros da Assembleia Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, Ribeiradio, São João da Serra, União de Freguesias de Arca e Varzielas e União de Freguesias de Destriz e Reigoso.-----

11 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO ORÇAMENTO 2021. -----



O Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária realizada no dia 30.10.2020, aprovou, por maioria, o Orçamento para 2020. -----

O **Presidente da Mesa** informou que a proposta de orçamento municipal lhe foi entregue, por protocolo, no dia 31.10.2020, tendo sido enviada, prontamente, a todos os Membros da Assembleia. -----

De seguida, propôs a discussão do ponto 11 (Apreciação e Votação do Orçamento para 2021) e do ponto 12 (Apreciação e Votação das Grandes Opções do Plano 2021-2024) em simultâneo, sendo a votação efetuada individualmente, o que foi aceite, por unanimidade. -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** manifestou concordância com os documentos apresentados, considerando o Orçamento equilibrado dadas as circunstâncias, podendo existir opções discutíveis; tem em conta a realização de eleições autárquicas no próximo ano, sem entrar em correrias ou desvaneios. -----

No que concerne ao Mapa de Pessoal, lembrou que a sugestão do PSD em criar um Gabinete implicaria a contratação de pessoas para o seu funcionamento e manutenção, o que levaria ao aumento dos custos com o pessoal. -----

Disse acreditar que o Município terá mais uma lógica de prestador de serviços, havendo, assim, a tendência de aumentar os encargos com o pessoal. ----

Por último, disse ser a favor deste Orçamento e das Grande Opções do Plano que o suportam. -----

O **Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima**, começou por lembrar que estava a desempenhar a função de porta voz da bancada do PSD e não iria falar como Presidente de Junta, apesar de nunca o deixar de ser. -----

Realçou o esforço desenvolvido pelos serviços técnicos da Câmara Municipal na preparação deste documento, deixando uma mensagem de louvor e apreço a todos os trabalhadores que, para ele contribuíram, em especial ao Dr. Ismail Carvalho. -----

Disse que este Orçamento tinha alguns pontos positivos, designadamente as pavimentações previstas e o reforço de verbas para as Juntas de Freguesia, mas, infelizmente, para o desenvolvimento do Concelho, tem muitos pontos negativos. -

Mais disse que eram poucas as palavras dedicadas à indústria, ao comércio e à família, sendo este um sinal da inexistência de resposta e projeto político ponderado e estruturado para estas áreas. -----

No Orçamento continua a prever-se gastar centenas de milhares de euros em programação cultural, olhando pouco para as associações culturais do Concelho; prevê gastar vinte mil euros na Festa e Passeio dos Idosos e para as famílias carenciadas apenas contempla dez mil euros. -----

Referiu que a leitura atenta dos documentos que sustentam o Orçamento e as Grandes Opções do Plano confirma as "*nossas piores preocupações: ausência de objetivos estruturais, ausência de rumo e ausência de compromisso com os resultados a alcançar*". -----

Mencionou que este é o quarto Orçamento deste Executivo e pela quarta vez continuam inscritas verbas para as seguintes obras: Parque Urbano, Loja do Cidadão, Requalificação do Edifício do Município, Zona de Fruição de São João



da Serra, Fecho do Sistema de Abastecimento de Água, entre outras, o que significa que este Executivo recebeu estes projetos do anterior, muitos deles já com obras no terreno e em execução e ao entrar no quarto ano de mandato nenhuma destas obras está concluída, sendo *“demonstrativo da incapacidade deste concretizar e executar as obras que vinham do passado como não consegue projetar obras para o futuro”*. Mais mencionou que não se previa a execução de uma obra estruturante para o Concelho cujo financiamento estivesse efetivamente assegurado. No Orçamento consta uma redução de 50% nas participações a fundo perdido em relação a 2020 (cerca de um milhão duzentos e cinquenta mil euros) e menos 48% de fundos comunitários (seiscentos e sessenta mil euros). -----

Referiu que este Orçamento deixa os empresários do Concelho entregues ao seu destino e por conta própria; vem também provar que a opção deste Executivo de contratar uma empresa externa para efetuar a recolha do lixo constitui um encargo maior para o Município, com tendência crescente, sem melhoria justificada na qualidade do serviço prestado. -----

Referiu que o Orçamento *“é pouco ambicioso e com prioridades invertidas, prevê que o Município continue a gastar demais em festas e de menos naquilo que é mais essencial, seja, por exemplo, ao nível de obras estruturantes ou do apoio às famílias, comércio e indústria ou da atração de atividade económica e emprego na escala de que Oliveira carece”*.-----

Salientou o valor muito elevado de investimento previsto, mas sem financiamento definido.-----

Por último, referiu que o Orçamento Municipal de 2021 não dá mostras de poder vir a responder eficazmente aos problemas prementes do Concelho de Oliveira de Frades e dos seus munícipes. Assim, apesar dos pontos negativos, disse que o PSD considera que o Executivo deve encarar a responsabilidade pelo mesmo, pelo que se iria abster.-----

O **Presidente da Câmara** disse que: *“é uma pena que no meio de tanta crítica, a coragem não seja chumbar”*; apesar de ter lembrando que estava a representar uma bancada, disse que o gostaria de ver como Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso a agradecer a diferença de investimento que foi feita na sua Freguesia; *“é preciso ter coragem de dizer isso; é preciso dizer que não está tudo mal neste Orçamento, mesmo faltando essas obras estruturais”*, lembrando que as obras estruturais causaram desinvestimento nas Freguesias; *“chega de dizer mal e resumir-nos a abster”*. -----

Referiu que no atual mandato, os Presidentes de Junta têm lidado com os Técnicos do Município como se fossem Presidentes de Câmara, tendo-se valorizado o seu papel.-----

Em sua opinião, a abstenção é um não disfarçado. Considerou que, de uma vez por todas, deve haver coragem de dizer: *“nós ficamos mais ricos, as nossas Freguesias estão mais ricas e mais desenvolvidas”*.-----

Disse ser fácil ter obras provenientes de orçamentos anteriores, lembrando o processo das Zonas de Fruição e questionando o que estava feito nas mesmas e qual o dinheiro que nessa altura se encontrava devidamente orçamentado.-----



Mais disse que a sua consciência estava tranquila em relação às Freguesias.---

De seguida, questionou se os Presidentes de Junta se tinham esquecido da transferência de verbas efetuada em 2019, em que cada Freguesia recebeu quarenta mil euros e se essa verba deu jeito às Freguesias. -----

Referindo-se a anteriores mandatos, disse que estavam habituados a grandes obras; a situações que beneficiaram menor número de munícipes; *"mas que o Concelho ficou mais rico!"*; havia investimentos; receberam-se fundos; mas todos esses investimentos necessitaram da parte de participação do Município, referindo esses valores; atualmente essas verbas são aplicadas em pequenos investimentos, beneficiando algumas famílias e munícipes. -----

Mencionou que o Orçamento é um documento dinâmico, não se sabendo as dificuldades que possam advir da pandemia e que o Executivo está atento. -----

No que se refere ao rumo, disse *"estamos aqui ao vosso lado, nunca sentido na votação o conforto de que na realidade se esteve lá; parece que não, mas esteve-se"*. Mais disse que não se estava à espera de agradecimento, pois é uma obrigação conjunta. -----

Referiu que as obras, anteriormente, assumidas condicionaram as atuais opções e os planos existentes. -----

Disse que a 31.10.2020 há uma perspetiva de execução sobre determinadas obras, sendo que para não correr o risco, evitando que as mesmas tenham a vir a ser reinscritas, como ocorreu no ano em curso, optou-se por as manter no Orçamento. Mais disse que ainda se desconhecia o valor de saldo gerência, mas já havia um compromisso para o mesmo, pois foi dito aos Presidentes de Junta que iriam ter essa verba. Acrescentou que, *"apesar de não ter o conforto da Assembleia Municipal, fomos parceiros por muito que queiram dizer que não"*, apoiando todas as Juntas de Freguesias, não sendo quantificável em valores no Orçamento, a constante disponibilidade. -----

Referiu que a estratégia muitas vezes não se repercute em número de investimentos nas Freguesias; fazer alguns investimentos que não sejam para tanta gente como no Caselho e em Entreáguas, não é o volume de que possa trazer rentabilidade aos órgãos autárquicos, mas a necessidade das obras. -----

Referiu as críticas havidas no ano transato sobre a verba definida em Orçamento para as Festas, que não se vieram a realizar devido à pandemia e o facto dessa verba ter sido redirecionada, talvez, para a obra de pavimentação realizada em Fornelo, Freguesia de Arcozelo das Maias; esta Freguesia que não tinha obras no empréstimo contraído e que por esse facto o Executivo foi alvo de críticas que não era equitativo, no entanto, foi a primeira Freguesia com execução de obra.-----

Mais referiu não ser este tipo de balanço que quer para o nosso Concelho, independentemente do lugar onde esteja, Oliveira de Frades estará sempre na sua prioridade, ajudando os Órgãos de decisão a fazer o melhor percurso. -----

Referindo-se ao Chefe de Divisão Administrativa e Financeira mencionou que apesar *"das direções que muitas das vezes discordamos (e ele é, também, dos técnicos que têm uma opinião técnica, mas, também, política), nos ajudou com*



este conforto e foi ouvido como um parceiro e não apenas como: *está aqui e faça-se*".-----

Por último, referiu que os documentos na generalidade e na especialidade poderiam ser melhores; haveria opiniões, planos e estratégias que poderiam ser diferentes; são o *"nosso melhor"*; esperava que houvesse uma diferença, a bem do Concelho, mas tal não se verificou. -----

O **Presidente de Junta de Freguesia de Destriz e Reigoso, Carlos Lima**, recordou que na sua intervenção salientou as pavimentações previstas, bem como, as transferências para as Freguesias, pelo que disse não compreender muito bem a abordagem do Presidente da Câmara.-----

Reafirmou a preocupação manifestada quanto à proposta de Orçamento apresentada, que se baseia nos argumentos expostos; na grande fatia de financiamento não definido, do qual se deduz que o Executivo pretende contrair um novo empréstimo no próximo ano, arriscando ficar no limite de endividamento; no facto de não se vislumbrarem projetos a médio e longo prazo; no aumento dos custos com pessoal que é acompanhado com o crescimento da despesa com serviços externos. Pelo exposto, disse não compreender que o Presidente da Câmara estivesse na expectativa que o PSD fosse chumbar o Orçamento.-----

Referindo-se à intervenção do Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, no ponto anterior, o **Presidente da Mesa** manifestou a sua grande preocupação com o aumento das despesas com pessoal, recordando que no primeiro Orçamento do atual Executivo *"figuraram 2.982.618,00€ e hoje estamos a aprovar o Orçamento para 2021 mais 654.680,00€ e, se a isto se somar a despesa com pessoal externo ficamos com 743.280,00€"*. -----

Disse ser inquestionável o aumento desta despesa na sequência das atualizações havidas, pois *"temos funcionários extraordinários"*, mas é preciso cortar nos consumos intermédios tal como foi mencionado. Mais disse que a despesa corrente se situa nos 60% e a de capital no 40%. -----

Constatou que a Autarquia deixou de executar serviços, que os fazia e que eram uma mais valia, não havendo dúvidas de que foi um erro enorme o voltar a dar a recolha do lixo, pois tal significa mais 175.000,00€ por ano.-----

Por último, realçou a importância de tirar partido da mão de obra que o Município possui, pois não fica mais barato dar a fazer fora, sobretudo quando dentro temos pessoal capaz e competente e, muitas vezes, mais competente do que empresas a quem se entrega a execução do serviço. -----

Referindo-se ao Mapa de Pessoal, o **Presidente da Câmara** referiu o objetivo de dotar as famílias com melhores condições de compra, reforçando os técnicos que são mal pagos, deixando a questão de como se pretende ajudar as empresas e o comércio se as famílias não têm dinheiro.-----

A pedido do Presidente da Câmara, o **Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Ismail Carvalho**, prestou os esclarecimentos necessários. Assim, referindo-se aos consumos intermédios, mencionou que se as despesas correntes sobem é necessário efetuar alguns cortes. Nesta altura de pandemia é natural que haja gastos em produtos de higiene e em máscaras que fazem disparar a despesa corrente, não obstante ter sido feito um esforço no sentido de se cortar nalguns



custos intermédios, nomeadamente na desmaterialização dos processos, diminuindo as impressões e não gerando tantos gastos de papel. No entanto, há mais a fazer em várias áreas, designadamente, na educação, na ação social nas obras por administração direta, entre outras, em que se pode otimizar e melhorar.--

No que concerne à despesa relativa à recolha de resíduos sólidos, informou que esta tem vindo a aumentar, devido à taxa de gestão de resíduos (a qual em 2021 irá duplicar), à aprovação em Assembleia Intermunicipal do pagamento de um valor em torno dos mil euros/mês para gestão do ecocentro e ao aumento do volume de recolha de lixo produzido no Concelho. -----

Referindo-se a este último fator mencionado pelo Chefe de Divisão, o **Presidente da Mesa** disse não o compreender, pois na última sessão foi dito pelo Vereador Carlos Pereira que o Concelho tinha uma taxa elevadíssima de recolha seletiva de resíduos recicláveis, pelo que deveria ser precisamente o contrário, ou seja, o volume de lixo comum teria de diminuir. -----

Posto a votação, foi o Orçamento para 2021, aprovado, por maioria com 9 (nove) votos a favor e 13 (treze) abstenções dos Membros da Assembleia Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes, António Machado e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, Pinheiro, Ribeiradio, São João da Serra, União de Freguesias de Arca e Varzielas e União de Freguesias de Destriz e Reigoso.-----

12 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2021-2024. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião extraordinária de 30.10.2020, aprovou, por maioria, as Grandes Opções do Plano 2021-2024. -----

Este ponto foi discutido em simultâneo com o anterior. -----

Posto a votação, as Grandes Opções do Plano 2021-2024, foram aprovadas, por maioria com 9 (nove) votos a favor e 13 (treze) abstenções, dos Membros da Assembleia Luís Vasconcelos, Serafim Soares, Sónia Nogueira, Arménio Florindo, António Bernardino Nunes, Teresa Fernandes, António Machado e dos Presidentes de Junta de Freguesia de Arcozelo das Maias, Pinheiro, Ribeiradio, São João da Serra, União de Freguesias de Arca e Varzielas e União de Freguesias de Destriz e Reigoso. -----

13 - PROJETO DE REGULAMENTO PARA LIMPEZA DE TERRENOS EM SOLO URBANO DO CONCELHO DE OLIVEIRA DE FRADES. -----

O Projeto de Regulamento para Limpeza de Terrenos em Solo Urbano do Concelho de Oliveira de Frades foi aprovado na reunião ordinária de 12.08.2020. Após a sua publicado no Diário da República esteve em consulta pública tendo sido afixado no átrio dos Paços do Município e publicado no sítio da internet do Município. Da referida consulta não resultou qualquer proposta ou reclamação. ----

Inscreveu-se para o debate deste ponto: -----

O **Membro da Assembleia Mário Pereira** que realçou a importância deste Regulamento. Referiu que se tem abordado a limpeza das vias e a dos terrenos florestais e considerou que se deve investir na limpeza dos terrenos urbanos.-----

Em sua opinião, a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal têm uma autoridade moral e real sustentada para poder impor normas mais exigentes sobre



os terrenos urbanos do que sobre os terrenos florestais, porque muitos deles foram valorizados por intervenções municipais. -----

Referiu ainda que hoje é impossível conter os fogos florestais dentro das florestas, pelo que se deve investir na limpeza dos terrenos urbanos, sendo mais fácil a identificação e notificação dos proprietários, bem como, efetuar a respetiva fiscalização. -----

Considerou que, também, se deve investir na proteção contra incêndios nas aldeias, nos perímetros urbanos e considerou inadmissível e irresponsável que haja terrenos nas aldeias cheios de arbustos e lixo. -----

Referiu as dificuldades em assegurar a manutenção da limpeza das bermas. ----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, aprovar o Regulamento em causa. -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia Municipal António Bernardino Nunes e Serafim Soares, que se ausentaram temporariamente da sessão. -----

14 - APROVAÇÃO DE ACORDO DE FINANCIAMENTO ENTRE A CIM VISEU DÃO LAFÕES E OS MUNICÍPIOS ASSOCIADOS, NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES EXERCIDAS AO ABRIGO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O SISTEMA DE MOBILIDADE E SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 25.11.2020, deliberou, por unanimidade, aprovar o aditamento ao acordo de financiamento entre a CIMVDL e os municípios associados, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros, aprovado pelo Conselho Intermunicipal da CIMVDL, na sua reunião extraordinária realizada no dia 23.11.2020. Mais foi deliberado, nessa reunião, submeter este assunto à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

A seguir transcreve-se o objeto deste Aditamento: -----

“Através do presente Aditamento, os primeiros outorgantes contribuem para o pagamento pela segunda outorgante aos operadores de serviço público: -----

a) Das compensações por obrigações de serviço público relacionadas com a prestação dos serviços de transporte mínimos essenciais definidos pela Segunda Outorgante para assegurar a mobilidade dos cidadãos durante a pandemia COVID-19, relativas ao período que se inicia a partir de 17 de setembro de 2020 e até ao termo de 2020 ou até ao termo de vigência do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, caso venha a ser objeto de prorrogação, consoante o que ocorra mais tarde; -----

b) Das compensações por obrigações de serviço público a pagar aos operadores de serviço público que operam no território da Segunda Outorgante associadas às autorizações provisórias (emitidas e prorrogadas nos termos do artigo 10.º da Lei n.º 52/2015, de 9 de junho), após a vigência do Decreto-Lei n.º 14-C/2020, de 7 de abril, e até ao termo das referidas autorizações provisórias”. -----

Posto a votação este ponto, foi deliberado, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, aprovar o aditamento ao acordo de financiamento, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de



AM 27-11-2020

competências relacionadas com o sistema de mobilidade e serviço público de transporte de passageiros.-----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia Municipal António Bernardino Nunes e Serafim Soares, que se ausentaram temporariamente da sessão. -----

15 - ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS DE VISEU, SÃO PEDRO DO SUL, VOUZELA E OLIVEIRA DE FRADES, NA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL VISEU DÃO LAFÕES, NO ÂMBITO DA TRANSFORMAÇÃO DA LINHA DO VOUGA EM ECOPISTA DO VOUGA. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 25.11.2020, deliberou, por unanimidade, aprovar a adenda ao Contrato Interadministrativo de delegação das atribuições e competências dos Municípios de Viseu, São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, referente à da transformação da Linha do Vouga, no âmbito das atividades exercidas ao abrigo dos contratos interadministrativos de delegação de competências, aprovado pelo Conselho Intermunicipal da CIMVDL, na sua reunião extraordinária realizada no dia 23.11.2020. Mais deliberou submetê-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.-----

Posto a votação, foi deliberado, por unanimidade, com 20 (vinte) votos a favor, aprovar a adenda ao contrato interadministrativo de delegação das atribuições e competências dos Municípios de Viseu, São Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades, na Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, no âmbito da transformação da Linha do Vouga em Ecopista do Vouga. -----

Não participaram na votação os Membros da Assembleia Municipal António Bernardino Nunes e Serafim Soares, que se ausentaram temporariamente da sessão.-----

16 - DESAFETAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA PERMUTA (SOUTO DE LAFÕES).-----

Presente a documentação relativa ao ponto 16 (Informação n.º 206/2020 UFPUA: Estrada EN16 (Souto de Lafões) - troço entregue ao Município. Reparação de plataforma da estrada. Execução de passeios e outras infraestruturas urbanas) da reunião ordinária, realizada no dia 25.11.2020 e a respetiva deliberação do Órgão Executivo, aprovada por maioria.-----

De referir que com base na informação técnica e nos fundamentos que sustentam a desafetação do domínio público da parcela com 223 m² em Souto de Lafões para permuta, conforme consta na informação, foi deliberado dar parecer favorável à referida desafetação e enviar à Assembleia Municipal esta proposta.---

Não havendo inscrições para o debate deste assunto, o **Presidente da Mesa** colocou-o a votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor, aprovar a proposta da Câmara, desafetando do domínio público a parcela em causa, com 223.00m², para permuta.-----

Não participou na votação o Membro da Assembleia Municipal Serafim Soares, que se ausentou temporariamente da sessão. -----



17 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Não houve intervenções. -----

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 22 (vinte e dois) votos a favor.-----

E, nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pelo Presidente da Mesa, eram onze horas. -----

Dela se lavrou a presente ata que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa, _____
(Luís Manuel Martins Vasconcelos)

A Secretária, _____
(Sónia Filipa de Araújo Nogueira)

A Secretária, _____
(Teresa Margarida de Sousa Fernandes)